

# Protágoras entre Linguagem, Verdade e Poder

*Por Odair Aguiar*  
10/12/2025

## Sofística, Platonismo e a Disputa Histórica pelo Sentido da Verdade

---

### Resumo

Este ensaio revisita a célebre tese de Protágoras — “o homem é a medida de todas as coisas” — questionando a imagem consagrada do sofista como relativista radical e inimigo da verdade. A partir de uma abordagem hermenêutica, o texto sustenta que essa leitura não decorre de uma necessidade filosófica ou filológica, mas de uma derrota histórica da sofística frente ao projeto platônico, mais compatível com a constituição de hierarquias políticas e epistemológicas. Ao analisar a linguagem do fragmento protágoreo e sua recepção por Platão, Aristóteles e intérpretes modernos, o ensaio defende que Protágoras não nega a verdade, mas a reinscreve no horizonte humano, prático e intersubjetivo. A sofística emerge, assim, como uma alternativa crítica duradoura: uma filosofia da linguagem, da pluralidade e da responsabilidade humana pela verdade.

---

### Introdução

O fragmento atribuído a Protágoras — “o homem é a medida de todas as coisas” — ocupa um lugar singular na história da filosofia: é, ao mesmo tempo, um dos enunciados mais citados e um dos mais profundamente enquadrados por leituras hostis. Desde a Antiguidade, sua recepção foi mediada quase exclusivamente por adversários filosóficos, sobretudo Platão e, em menor medida, Aristóteles. O resultado desse processo não foi apenas uma interpretação dominante, mas a consolidação de uma imagem: a do sofista como relativista radical, inimigo da verdade e dissolutor da racionalidade.

Este ensaio parte da hipótese de que tal imagem não decorre de uma necessidade filológica nem de uma refutação conceitual definitiva, mas de uma **derrota histórica** da sofística frente a um projeto filosófico mais compatível com a constituição de hierarquias políticas, religiosas e epistemológicas. Para sustentar essa tese, inicia-se pela análise linguística rigorosa do fragmento

de Protágoras, avança-se com as leituras modernas de Guthrie e Kerferd e examina-se, em seguida, o interesse específico de Platão em transformar Protágoras em relativista. O ensaio culmina na afirmação de que o triunfo do platonismo não foi apenas intelectual, mas estrutural, institucional e político.

---

## Introdução metodológica: abordagem hermenêutica e crítica da tradição

Este ensaio adota uma **abordagem hermenêutica** para examinar o fragmento de Protágoras, conhecido como a tese do *homem-medida*, e sua recepção histórica. Tal abordagem parte do pressuposto de que o sentido filosófico de um texto antigo não se encontra disponível de forma imediata ou transparente, mas emerge do **conflito entre interpretações**, mediado pela tradição que o transmite, o seleciona e o enquadra.

Em consonância com a hermenêutica filosófica contemporânea — especialmente na formulação de Paul Ricœur — parte-se da distinção entre a **intenção do autor**, a **estrutura do texto** e o **horizonte do intérprete**. O fragmento de Protágoras não é abordado como expressão direta de uma doutrina sistemática, mas como um enunciado cuja significação foi progressivamente **fixada, reduzida e normatizada** por leituras posteriores, sobretudo aquelas produzidas no interior do projeto filosófico platônico-aristotélico.

A metodologia empregada articula três níveis complementares de análise.

Em primeiro lugar, procede-se a uma **análise linguística e filológica** das palavras-chave do fragmento (*anthrōpos, hōs, chrēmata*), com o objetivo de identificar a amplitude semântica original do texto grego e evitar traduções que já contenham decisões filosóficas implícitas. Esse nível não pretende restaurar um “sentido original puro”, mas delimitar o campo legítimo de possibilidades interpretativas.

Em segundo lugar, o ensaio adota uma **hermenêutica histórica da recepção**, examinando como Platão e Aristóteles reinterpretam Protágoras dentro de seus próprios projetos filosóficos. Essa etapa não trata tais leituras como meros erros ou deturpações, mas como **atos interpretativos produtivos**, que reorganizam o sentido do fragmento segundo interesses teóricos e políticos específicos. Nesse ponto, a hermenêutica se articula à crítica da ideologia, entendida — nos termos ricœurianos — não como falsa consciência, mas como **função de legitimação simbólica** exercida por determinadas interpretações dominantes.

Em terceiro lugar, o trabalho recorre às leituras modernas de W.K.C. Guthrie e G.B. Kerferd como exemplos de uma **hermenêutica de des-sedimentação**, cujo objetivo não é substituir uma ortodoxia por outra, mas reabrir o espaço do debate filosófico fechado pela tradição. Essas leituras são mobilizadas não como autoridades finais, mas como mediações críticas que permitem repensar o estatuto filosófico da sofística fora do enquadramento platônico.

A opção por essa abordagem implica uma recusa explícita de duas posições extremas:

de um lado, o **positivismo filológico**, que se limita a estabelecer variantes textuais sem assumir consequências filosóficas; de outro, o **relativismo interpretativo**, segundo o qual todas as leituras seriam equivalentes. O ensaio sustenta, ao contrário, que a interpretação é sempre situada, histórica e responsável, e que a verdade filosófica não se impõe pela exclusão do conflito, mas se constrói no interior dele.

Assim, a hermenêutica aqui adotada não busca decidir definitivamente “o que Protágoras quis dizer”, mas compreender **como seu pensamento foi historicamente configurado, neutralizado ou reativado**. Trata-se, portanto, de uma investigação que assume a mediação do texto, da tradição e do poder como condições constitutivas do sentido filosófico, e que reconhece na sofística não um erro superado, mas uma possibilidade crítica permanentemente reaberta no interior da história da filosofia.

---

## Linguagem e sentido: *anthrōpos*, *hōs* e *chrēmata*

O fragmento protágoreo conservado pela tradição (DK 80B1) deve ser lido com atenção extrema ao vocabulário grego, pois é nele que se decide o alcance filosófico da tese. Três termos concentram a disputa interpretativa: *anthrōpos*, *hōs* e *chrēmata*.

O termo *anthrōpos* não designa, de modo inequívoco, o indivíduo empírico isolado. O grego dispõe de *anēr* para essa função. *Anthrōpos* refere-se ao ser humano enquanto tal, isto é, enquanto membro da comunidade política, dotado de linguagem e inserido em práticas sociais. A leitura que identifica *anthrōpos* com “cada indivíduo singular” é possível, mas não obrigatória, nem a mais natural no contexto da sofística, cujo horizonte é sempre o da pólis e da vida comum.

O advérbio *hōs* desempenha papel ainda mais decisivo. Longe de ser um mero conectivo lógico equivalente a “que”, *hōs* introduz uma determinação modal: “como”, “na medida em que”, “enquanto”. Seu uso desloca o enunciado do plano ontológico para o plano epistemológico. As coisas são ou não são **enquanto aparecem assim** para o ser humano. O fragmento não afirma o ser absoluto das coisas, mas o seu modo de aparecimento no horizonte humano da experiência.

Por fim, *chrēmata* não significa “coisas” no sentido metafísico ou físico, mas aquilo que tem relevância para a vida humana. Derivado do verbo *chraomai* (“usar”, “lidar com”), o termo aponta para assuntos práticos, sociais, morais e políticos. Protágoras não está falando do cosmos enquanto totalidade ontológica, mas do mundo humano enquanto tecido de significações, normas e valores.

Consideradas em conjunto, essas três escolhas linguísticas conduzem a uma leitura segundo a qual Protágoras sustenta que **não existe critério de verdade fora da experiência humana**, sem

que disso decorra a negação da racionalidade ou a equiparação indiscriminada de todas as opiniões.

---

## Guthrie e Kerferd: a reabertura do horizonte sofístico

A reavaliação moderna da sofística começa com a recusa de aceitar a leitura platônica como definitiva. Nesse sentido, o trabalho de W.K.C. Guthrie desempenha papel fundamental. Guthrie não propõe uma doutrina alternativa de Protágoras; sua contribuição consiste em demonstrar que a interpretação tradicional resulta de escolhas tradutórias e conceituais específicas, não de exigências do texto grego. Ao restituir a polissemia legítima de *anthrōpos*, *hōs* e *chrēmata*, Guthrie reabre o campo interpretativo e mostra que o relativismo forte atribuído a Protágoras é apenas uma entre várias leituras possíveis.

G.B. Kerferd avança além desse gesto crítico. Em *The Sophistic Movement*, ele sustenta que a sofística constitui um movimento intelectual coerente, dotado de uma epistemologia própria. Para Kerferd, a tese do homem-medida não elimina a verdade, mas redefine seus critérios: a verdade é humana, contextual e prática, sem ser arbitrária. O critério não é o capricho psicológico individual, mas o horizonte intersubjetivo no qual os seres humanos constroem sentidos compartilhados. Kerferd rejeita explicitamente a identificação entre sofística e relativismo vulgar, entendendo Protágoras como um pensador da normatividade humana, não como um destruidor do conhecimento.

---

## Platão e o interesse em produzir o relativista

A leitura platônica de Protágoras, especialmente no *Teeteto*, não pode ser compreendida como neutra. Platão precisa que Protágoras seja um relativista absoluto para que o seu próprio projeto filosófico se sustente. Ao individualizar *anthrōpos*, absolutizar a percepção sensível e ignorar o caráter prático de *chrēmata*, Platão transforma uma tese antropológica situada em uma posição logicamente vulnerável à autocontradição.

Essa operação não é apenas teórica. O projeto platônico depende da possibilidade de uma Verdade una, de um Bem em si e de uma hierarquia natural do saber, na qual os que conhecem governam e os demais obedecem. A sofística, ao insistir no caráter convencional da lei, na centralidade do discurso e na pluralidade das perspectivas, ameaça esse edifício desde suas fundações. Aceitar Protágoras significaria admitir que o poder político não se ancora na verdade transcendente, mas na persuasão, no consenso e na responsabilidade humana — uma conclusão inaceitável para uma filosofia que aspira a fundar a ordem da pólis sobre princípios eternos.

---

## Platonismo, poder e vitória histórica

Os sofistas não foram derrotados intelectualmente; foram derrotados historicamente. O triunfo do platonismo explica-se menos pela força intrínseca de seus argumentos do que por sua afinidade estrutural com formas duráveis de poder. O platonismo oferece unidade, hierarquia e verdade única — elementos ideais para a consolidação de aristocracias políticas, religiões institucionalizadas e Estados centralizados.

A sofística, ao contrário, oferece pluralidade, contingência e responsabilidade humana pela verdade. Ela não fornece fundamentos últimos, mas exige julgamento; não promete estabilidade metafísica, mas exige deliberação contínua. Essas características explicam por que a sofística foi progressivamente marginalizada: não porque fosse intelectualmente frágil, mas porque era politicamente incômoda.

---

## Conclusão

Reabilitar Protágoras e a sofística não significa negar o valor de Platão ou Aristóteles, mas recusar a naturalização de uma vitória histórica como se fosse evidência filosófica. A sofística representa uma alternativa esquecida na história do pensamento ocidental: uma filosofia da linguagem, da pluralidade e da finitude humana. Sua derrota não encerra um debate; ela apenas revela o quanto a filosofia, desde cedo, esteve entrelaçada às formas de poder que pretendeu fundamentar.

---

## Posfácio

### O conflito das interpretações e a responsabilidade da verdade

Toda tradição filosófica vive de interpretações sedimentadas. Mas toda sedimentação produz, ao mesmo tempo, um esquecimento. O caso de Protágoras é exemplar: sua voz chega até nós mediada por textos que a reinterpretam, a reorganizam e, em certa medida, a neutralizam. O distanciamento entre a palavra originária e o texto transmitido não é um acidente; é a própria condição da história do sentido.

A leitura platônica não é falsa no sentido trivial do erro. Ela é eficaz. Ela organiza um campo de inteligibilidade, funda uma hierarquia do saber e legitima uma certa economia do poder. É nesse ponto que a hermenêutica encontra a crítica da ideologia: não para desmascarar uma mentira, mas para revelar a função legitimadora de uma interpretação que se apresenta como evidente.

As leituras modernas de Guthrie e Kerferd não restauram uma origem pura, nem pretendem falar em nome de Protágoras. Elas exercem outra tarefa: des-sedimentar o sentido, reabrir o conflito interpretativo e devolver à filosofia a consciência de sua própria historicidade. A verdade, então, não aparece como posse, mas como tarefa; não como unidade imposta, mas como resultado sempre provisório de uma mediação.

Talvez seja essa a lição mais duradoura da sofística: a de que a verdade não desaparece quando se reconhece sua condição humana, mas se torna, pela primeira vez, uma responsabilidade.

---

## Referências

GUTHRIE, W. K. C. *The Sophists*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

KERFERD, G. B. *The Sophistic Movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1953.

PLATÃO. *Teeteto*. Traduções diversas.

ARISTÓTELES. *Refutações Sofísticas*.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RICOEUR, Paul. *Do texto à ação*. São Paulo: Loyola, 1989.

DIELS, H.; KRANZ, W. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. Berlin: Weidmann.

---